



SAÚDE PÚBLICA

Dois casos de hantavírus e 11 suspeitas no Paraná

Episódios ocorreram em abril e fevereiro, em cidades diferentes, e autoridades sanitárias afastam a possibilidade de surto. Agente infeccioso não é o mesmo que matou três pessoas em um navio de cruzeiro que ia da Argentina para Cabo Verde

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

Divulgação/Stefan Brending/Oceanwide Expeditions



As três pessoas a bordo do MV Hondius foram infectadas por um vírus diferente do identificado no Paraná

A Secretaria de Saúde do Paraná confirmou, ontem, duas infecções por hantavírus, investiga 11 e descartou 21 depois de análise. Os dois episódios são em Pérola d'Oeste e em Ponta Grossa. O alerta vem depois da divulgação da Organização Mundial de Saúde (OMS), nesta semana, sobre casos e mortes pelo agente infeccioso no navio de cruzeiro MV Hondius, que viajava da Argentina para Cabo Verde.

O paciente de Pérola d'Oeste é um homem de 34 anos, cuja infecção foi confirmada em abril. O de Ponta Grossa é uma mulher de 28, que teve a confirmação de que contraiu o vírus em fevereiro. A Secretaria de Saúde garante que a doença está sob controle no Paraná e que a rede pública de saúde monitora as suspeitas.

Além disso, os casos identificados no Paraná são da cepa silvestre, transmitida por meio de animais silvestres. Não há registro no estado da circulação do vírus Andes, que é apontado como o responsável pelas mortes e casos no navio de cruzeiro.

No ano passado, as autoridades sanitárias do Paraná haviam identificado um caso de infecção no município de Cruz Machado. Por ser uma doença de transmissão

zoonótica — ou seja, é passada por contato com animais —, a Secretaria de Saúde informa que, com o aumento dos casos, a principal maneira de prevenção são medidas que incluem roçar o terreno em volta das residências, dar destino adequado a entulhos, manter alimentos estocados em

recipientes fechados, usar equipamentos de proteção (como luvas e calçados fechados) e fazer apenas limpeza úmida de anexos peridomiciliares (galpões, silos, paióis etc.) como forma de evitar a contaminação pelos aerossóis.

Apesar da gravidade da infecção, a Organização Mundial da

Saúde (OMS) reiterou que o risco para a população é mínimo. “Embora se trate de um incidente grave, a OMS considera que o risco para a saúde pública é baixo”, explicou o diretor-geral da organização, Tedros Adhanom, em um pronunciamento na quinta-feira.

No caso do MV Hondius, que

seguiu rumo à costa africana, três pessoas que estavam a bordo morreram e oito suspeitas foram confirmadas, segundo a OMS. A embarcação deixou a Argentina no início de abril. A primeira vítima foi um homem holandês de 70 anos, que morreu a bordo em 11 de abril. Em seguida, a mulher dele, também holandesa e de 69 anos, desembarcou na ilha de Santa Helena e não resistiu à infecção dois dias depois, na África do Sul. A terceira morte foi de uma passageira alemã, também dentro do navio.

Transmissão por contato

O hantavírus é um micro-organismo associado aos roedores que, em alguns casos, pode ser transmitido para humanos por meio do contato com os animais infectados ou com sua urina, fezes ou saliva. Segundo o Ministério da Saúde, a Hantaviriose é causada por um vírus RNA, pertencente à família *Hantaviridae*, gênero *Orthohantavirus*, chamado de Hantavirus.

A cepa de hantavírus identificada no caso do navio é a Andes, encontrada na América Latina e a única variante conhecida com capacidade de transmissão limitada entre humanos. Em surtos anteriores, a infecção entre pessoas

foi associada ao contato próximo e prolongado.

Sobre a cepa, o Ministério da Saúde divulgou nota destacando “que o risco global de disseminação do hantavírus permanece baixo, segundo avaliação mais recente da Organização Mundial da Saúde. O surto com casos confirmados e suspeitos em passageiros de um navio com histórico de circulação na América do Sul está sendo investigado sem impacto direto para o Brasil até o momento”.

A pasta observa que “não há registro da circulação do genótipo Andes no Brasil, variante relacionada ao episódio raro de transmissão interpessoal registrado na Argentina e no Chile, e que está em circulação no navio. Os casos humanos no Brasil não apresentam transmissão entre pessoas. Até o momento, o país identificou nove genótipos de Orthohantavirus em roedores silvestres, e nenhuma transmissão entre pessoas.”

Na América do Sul, a doença é denominada de Síndrome Cardiopulmonar por Hantavírus (SCPH) pelo comprometimento cardíaco observado em grande parte dos infectados. Os sintomas iniciais incluem febre, dor muscular, dor de cabeça, dor lombar, náusea, podendo evoluir para dispnéia, taquicardia, tosse seca, hipotensão e choque circulatório.

HIGIENE E LIMPEZA

Ypê suspende proibição, mas Anvisa não recomenda

A Ypê obteve, ontem, a suspensão dos efeitos da proibição de lotes de seus produtos. Mesmo com o efeito suspensivo, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) mantém a orientação de não utilizar os itens.

Em comunicado, a Ypê afirma que apresentou um recurso à Anvisa com esclarecimentos e subsídios técnicos relacionados à determinação de recolhimento e proibição dos itens. “Com este recurso, a proibição de fabricar e comercializar produtos das categorias lava-louças, lava-louças concentrado, lava-roupas líquido e desinfetantes teve seus efeitos automaticamente suspensos até novo pronunciamento da agência”, diz a fabricante.

A Anvisa também emitiu uma nova nota sobre o caso. A agência confirma que a empresa apresentou recurso e que, com isso, as ações estão sob efeito suspensivo até o julgamento pela diretoria colegiada, previsto para ocorrer nos

próximos dias. Reforça, porém, que mantém a avaliação técnica do risco sanitário na linha de fabricação dos produtos em Amparo (SP).

“Mesmo com o efeito suspensivo, a Anvisa recomenda que os produtos indicados, por segurança. É de responsabilidade da empresa orientar cidadãs e cidadãos, por meio do seu Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), sobre procedimentos de recolhimento, troca, devolução, ressarcimento ou outras providências cabíveis”, diz o comunicado.

Recolhimento

Na quinta-feira, a Anvisa determinou o recolhimento de diversos produtos da Ypê após identificar descumprimentos em etapas críticas do processo produtivo, incluindo falhas nos sistemas de garantia, produção e controle de qualidade. Em nota, a agência afirmou que os problemas identificados comprometem

os requisitos essenciais de Boas Práticas de Fabricação (BPF), com potencial risco de contaminação microbiológica — ou seja, presença indesejada de microrganismos potencialmente nocivos nos produtos.

A Anvisa, porém, não informou qual seria o microrganismo possivelmente presente nos produtos afetados. A Ypê e o Centro de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo, responsável pela inspeção realizada na fábrica em Amparo, também não divulgaram qual seria o patógeno.

Segundo Cristiane Rodrigues Guzzo, professora do Departamento de Microbiologia do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo (USP), no caso de produtos de limpeza, a contaminação microbiológica pode comprometer a eficiência do produto. “Além de perder a capacidade de limpeza, o produto pode acabar contaminando superfícies, utensílios e objetos que estão sendo lavados. Isso torna a situação

preocupante”, adverte.

Em novembro do ano passado, a Ypê já havia sido alvo de uma ação semelhante da Anvisa por contaminação microbiológica em alguns produtos. Na ocasião, o microrganismo identificado foi a bactéria *Pseudomonas aeruginosa*. Desta vez, porém, os órgãos responsáveis não informaram o agente.

Segundo Cristiane, a *Pseudomonas aeruginosa* é uma das poucas bactérias capazes de sobreviver e se proliferar em detergentes e produtos de limpeza. “Ela consegue resistir à ação química e formar biofilmes extremamente resistentes, o que dificulta a remoção e favorece a proliferação, inclusive em tubulações de água”, explicou.

O risco do contato com bactérias desse tipo é maior para pessoas com lesões na pele ou com doenças que comprometem o sistema imunológico, já que esses microrganismos podem encontrar mais facilidade para se proliferar no organismo.

Instagram/Ypê



Produtos que vêm da fábrica em Amparo apresentaram problemas

MAIO LARANJA

Anuário alerta: por hora, 8 crianças são abusadas

A campanha Maio Laranja, de conscientização contra o abuso e a exploração sexual infantil, alerta sobre o aumento do número de casos no Brasil. Segundo o último Anuário Brasileiro de Segurança Pública, produzido no ano passado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, oito crianças são violentadas por hora. Além disso, 59% dos estupros cometidos contra menores foram praticados por

parentes, 24% por conhecidos e apenas 16% por desconhecidos.

O levantamento chama a atenção para o fato, também, de que 51.667 crianças de até 13 anos foram abusadas no Brasil em 2024, o que equivale a 61,3% de todos os casos de violência sexual registrados naquele ano. Apesar de não se enquadrarem na tipificação de estupro de vulnerável, adolescentes de 14 a 17 anos correspondem a

16,3% dos casos — mais de 14 mil registros, ou seja, 77,6% dos casos de estupro no país são contra menores de idade.

Luciana Temer, advogada e presidente do Instituto Liberta — organização voltada ao combate ao abuso sexual infantil —, acredita que a violência sexual precisa ser enfrentada pela raiz, pelo diálogo aberto sobre o tema. “Temos que falar sobre prevenção às violências sexuais com crianças muito pequenas, dentro de casa, nas escolas, e sobre sexualidade saudável e responsável com adolescentes”, observa.

Para Luciana, a educação precisa ser para as crianças, mas, antes de tudo, os adultos também

devem entender a dinâmica da violência sexual. “A partir do momento que os responsáveis se educam sobre o que é essa violência e como acontece, seja no mundo presencial, seja no mundo virtual, começam a ter competência de trabalhar a proteção da criança e do adolescente”, afirma.

Na quarta-feira, a Câmara dos Deputados aprovou o PL 3.984/25 que institui a Lei da Dignidade Sexual. O texto prevê o aumento de penas para crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) relacionados à pedofilia e pornografia infantil. Vender, divulgar ou expor registros de imagens de crianças e adolescentes

em contextos sexuais será punível com seis a 10 anos de prisão. A disseminação desse tipo de conteúdo sobe de três a seis anos para cinco a oito anos.

A campanha Maio Laranja foi criada pelo governo federal em 2022, em memória a menina Araceli Crespo, de oito anos. Ela foi violentada, assassinada e carbonizada por jovens de classe média em Vitória (ES), em 1973.

O mais recente caso a chocar o país aconteceu em São Paulo, em 21 de abril, quando um grupo de cinco jovens estuprou duas crianças na Vila Jacú, bairro da Zona Leste da cidade. As crianças, uma de 10 e a outra de sete anos,

teriam sido atraídas a um imóvel pelos criminosos com um convite para empinar pipa. No local, os homens gravaram o abuso, que repercutiu na internet.

Apenas um dos abusadores é maior de idade. Alessandro Martins dos Santos, de 21 anos, foi preso na Bahia em 1º de maio e transferido para São Paulo. Ele é indiciado por estupro de vulnerável, corrupção de menores e divulgação de pornografia infantil. Os outros quatro adolescentes serão encaminhados a um centro socioeducativo. (MBG)

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi